

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 706
18 a 24 de setembro de 2015



EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO

SESI E SENAI LANÇAM CAMPANHA CONTRA CORTES NA VERBA DO SISTEMA S



**MOBILIDADE URBANA:
O CUSTO DO
DESLOCAMENTO**
Págs. 4 e 5



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

FIRJAN PLEITEIA ADIAMENTO DA EXIGÊNCIA DO BLOCO K A SECRETÁRIO ESTADUAL

Em mais uma ação de defesa de interesses, o Sistema FIRJAN enviou uma carta a Julio Bueno, secretário estadual de Fazenda, solicitando o adiamento da exigência da escrituração fiscal digital do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, Bloco K do Sped Fiscal. Entregue em 3 de setembro, o documento pleiteia que a obrigação, prevista para entrar em vigor a partir de janeiro de 2016, seja postergada para 2017 no caso das indústrias do estado do Rio.

Além de requerer um novo prazo, a FIRJAN reportou ao secretário os problemas identificados no sistema eletrônico pelos empresários, como a quebra do

segredo industrial e a dificuldade de atendimento às especificações técnicas. "O adiamento é importante porque essa obrigatoriedade representa custos para as empresas", explicou Cheryl Berno, gerente Jurídica Tributária e Fiscal da FIRJAN.

Em maio, a Federação realizou uma reunião técnica com lideranças empresariais para ouvir sugestões de melhorias e pontos de preocupação com a obrigação fiscal. Desde o anúncio do Bloco K, a FIRJAN tem atuado para garantir que os interesses industriais sejam atendidos, e uma das vitórias obtidas foi a postergação, de 2015 para 2016, da exigência de adesão.

CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA COMBATER A CORRUPÇÃO

O Sistema FIRJAN apoia a campanha nacional "10 medidas contra a corrupção", do Ministério Público Federal (MPF). Até 30 de setembro, uma unidade móvel da FIRJAN, localizada em frente à sede da Federação, recolhe assinaturas de apoio à ação. O MPF pretende colher 1,5 milhão de assinaturas em todo o país para apresentar um projeto de lei de iniciativa popular, conclamando o Congresso Nacional a promover as alterações necessárias nas leis para prevenir e reprimir a corrupção de maneira mais rápida e firme.

Para saber mais sobre essa campanha ou preencher o formulário de adesão online, acesse www.firjan.com.br/10medidascontracorrupcao.



Uniclus Magalhães

Unidade móvel recolhe assinaturas de apoio à iniciativa

CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO EM PAUTA NO CENTRO NORTE FLUMINENSE

O Sistema FIRJAN e o Sindicato das Indústrias de Alimentação de Nova Friburgo (Sindanf) promoveram uma palestra sobre diferentes aspectos relativos à jornada de trabalho. Foram abordados temas como controle de ponto e registro eletrônico, regime da compensação, banco de horas e trabalho aos domingos e feriados, entre outros assuntos. Participaram empresários, gestores de recursos humanos e contadores das empresas, que ouviram as orientações do especialista em questões trabalhistas e consultor jurídico da FIRJAN, Pedro Capanema.

De acordo com o especialista, o controle da jornada é um problema comum nas empresas. "Muitas vezes os empregadores não dão a devida importância a questões

básicas, como, por exemplo, o limite legal de duas horas extraordinárias por dia. Então, é recomendável um maior controle dos recursos humanos para evitar que os empregados excedam este limite diário, sujeitando-se a penalidades", destacou Capanema.

Paulo Cezar Oliveira, presidente do Sindicato, ressalta que estas orientações são importantes para que as empresas se adequem à legislação e se mantenham competitivas: "Ainda este mês teremos um curso de Gestão de Custos de Produção, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). A proposta é profissionalizar ainda mais as indústrias". A palestra foi realizada em 2 de setembro, na sede da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro Norte Fluminense, em Nova Friburgo.

Os investimentos em tecnologia na Agroindústria alçaram o Brasil à posição de líder em inovação nesse setor. A informação é de **Esdras Sundfeld**, chefe adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Agroindústria de Alimentos. Em entrevista à Carta da Indústria, ele fala sobre os impactos das inovações tecnológicas nesse segmento e os desafios que ainda precisam ser superados para sua expansão. Sundfeld participou da reunião do Conselho Empresarial de Tecnologia do Sistema FIRJAN, em agosto.



Antonio Bataiha

INOVAÇÃO COMO CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

CARTA DA INDÚSTRIA – Quais os subsetores da agroindústria que mais se beneficiaram com os investimentos em inovação?

ESDRAS SUNDFELD – A inovação na agropecuária brasileira beneficiou de forma homogênea todos os setores, ou seja, as grandes cadeias produtivas da agroindústria, particularmente frutas e hortaliças, e grãos e cereais. Também foi contemplada a pecuária, suínos e aves e vários outros segmentos envolvidos na produção de alimentos.

CI – Quais são os desafios que a inovação e pesquisa no setor enfrentam? O que tem sido feito para superá-los?

ES – Os grandes desafios estão situados em assegurar a sustentabilidade do agronegócio brasileiro. Além de ampliar nossa competitividade, temos que garantir a sustentabilidade desse negócio no longo prazo. Temos que minimizar problemas, como gases do efeito estufa, aquecimento global, e sobreviver aos demais que deverão vir. Nós temos investido não só em aumentar a produtividade das espécies, mas também em torná-las mais resistentes às altas temperaturas e à falta de água, situações que imaginamos acontecer no futuro. Estamos atuando de forma preventiva.

CI – Como a inovação se traduz em ganhos para o agronegócio?

ES – Um dos grandes ganhadores desse jogo é o próprio produtor rural. Você tem diferentes matérias-primas, uma diversidade maior de negócios, maior produtividade e redução de custos. Além disso,

temos a própria indústria como uma grande ganhadora, porque tem insumos de maior qualidade, especialmente desenhados para o negócio industrial, também a custo menor e com regularidade de fornecimento. Por último, ganha o setor de distribuição e os consumidores, porque dispõem de produtos de melhor qualidade e preço. É um jogo de ganha-ganha.

CI – Em comparação com os principais competidores globais, em que estágio o Brasil se encontra nos investimentos em tecnologia?

ES – O Brasil é o número um em inovação agropecuária voltada para os trópicos. Nós não temos nenhum concorrente à altura. Isso se deve a 40 anos de investimento em mão de obra e políticas públicas consistentes. E diria também que o empresariado e o próprio produtor nos ajudaram muito, na medida em que têm muita garra nesse negócio. São parceiros excelentes para o desenvolvimento. Saímos de uma situação, na década de 70, em que éramos importadores de alimentos, e hoje somos um dos maiores exportadores de alimento do mundo. Trinta por cento da nossa produção é exportada.

CI – Como avalia a atuação do Sistema FIRJAN no desenvolvimento desse segmento?

ES – Nós temos uma parceria de longa data com a FIRJAN. Temos feito pesquisa e desenvolvimento conjunto, em parceria com o Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Alimentos e Bebidas, em Vassouras. Além disso, existe essa cooperação em torno de um elo que nos une, que é a matéria-prima agrícola. É uma parceria natural, e nós trabalhamos em etapas complementares da cadeia produtiva.

CRESCE TEMPO DE DESLOCAMENTO PARA TRABALHADORES DAS ÁREAS METROPOLITANAS BRASILEIRAS

O tempo de deslocamento dos trabalhadores nas áreas urbanas é crescente e representou um prejuízo de R\$ 111 bilhões em 2012 para a economia brasileira. A informação consta no estudo "O Custo dos Deslocamentos nas Principais Áreas Urbanas do Brasil", elaborado pelo Sistema FIRJAN, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e do Ministério do Trabalho e Emprego.

O levantamento aponta para um aumento no tempo das viagens casa-trabalho-casa em 35 das 37 áreas metropolitanas analisadas. Em 2012, mais de 17 milhões de trabalhadores gastaram, em média, 114 minutos nesses trajetos, gerando um custo de produção sacrificada equivalente a 4,4% do PIB das áreas analisadas. A situação decorre, entre outros fatores, do desequilíbrio entre a alta concentração de funções urbanas nas cidades-polo e de ocupações habitacionais em áreas periféricas.



Sergio Duarte participa de painel no Congresso Internacional Cidades e Transportes

De acordo com Riley Rodrigues, especialista em Competitividade Industrial e Investimentos do Sistema FIRJAN, a solução para a redução do tempo de deslocamento requer planejamento urbano para as cidades periféricas, que são as mais impactadas pelo desequilíbrio entre moradia e oferta de empregos. "É

preciso que haja um planejamento que empodere as regiões no entorno das cidades-polo, fortalecendo sua economia com oferta de empregos e serviços. As pessoas devem ter uma opção de acesso aos serviços dentro de seus próprios municípios. A ocupação desordenada custa caro,

PRINCIPAIS NÚMEROS DO ESTUDO



TEMPO DE DESLOCAMENTO AUMENTOU EM

35 DAS 37

ÁREAS METROPOLITANAS PESQUISADAS, DE 2011 PARA 2012



IMOBILIDADE URBANA CAUSOU PERDAS DE

R\$ 111 BI

EM 601 MUNICÍPIOS EM 2012



TEMPO DE DESLOCAMENTO NA ÁREA METROPOLITANA DO RIO

141 MIN

EM MÉDIA NAS VIAGENS CASA-TRABALHO-CASA



PERDAS NA ÁREA METROPOLITANA DO RIO

R\$ 19 BI

EQUIVALENTES A 5,9% DO PIB LOCAL

Fonte: Sistema FIRJAN

os problemas econômicos das periferias também impactam diretamente as capitais”, afirmou.

RIO TEM O PIOR DESEMPENHO

A Região Metropolitana do Estado do Rio foi a que registrou maior tempo gasto em deslocamentos entre todas as pesquisadas. Em 2012, 2,8 milhões de trabalhadores levaram 141 minutos nas viagens casa-trabalho-casa, gerando um custo de R\$ 19 bilhões, equivalente a 5,9% do PIB metropolitano naquele ano. O estudo mostra que, apesar de ter havido uma queda de 1,5% no volume de deslocamentos com tempo superiores a 30 minutos, o tempo médio piorou, com 11 minutos a mais do que em 2011.

Isso significa que, embora tenha havido um aumento do número de pessoas morando perto de onde trabalham, para aqueles que são obrigados a realizar longas viagens pendulares até o local de trabalho aumentou muito o tempo perdido no trânsito. “A situação encontrada é resultado do fato de que há muitos municípios na área metropolitana, que são as cidades-dormitório. Grande parte das pessoas, para conseguir

emprego, tem que ir a outras cidades, principalmente para o Rio de Janeiro. E todo mundo se desloca na mesma hora, na mesma direção em poucos corredores de transporte. Isso aumenta o custo do deslocamento”, explicou Rodrigues, que apresentou o estudo no Congresso Internacional Cidades e Transportes, em 11 de setembro.

Na cidade do Rio, que concentra 53,2% dos trabalhadores da Região Metropolitana com deslocamentos acima de 30 minutos, a média das viagens ficou em 134 minutos. O município com pior desempenho foi Japeri, com tempo de deslocamento médio de 187 minutos, o que gerou um prejuízo correspondente a 9,1% do PIB do município.

Na avaliação de Carlos Erane Aguiar, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Baixada Fluminense – Área I, as políticas públicas devem priorizar a construção de alternativas para solucionar o problema. “Temos sido afetados intensamente pela questão da mobilidade. Nossas indústrias perderam muito dinheiro”, disse ele, que preside também a Condor S/A.

“Esse é um cenário que impacta toda a sociedade. A questão do transporte impacta a vida do trabalhador, pois afeta suas horas de lazer e sua produção, que são coisas a se levar em conta quando falamos de produtividade e competitividade”, afirmou Lucenil Carvalho, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Reparos Navais e em Plataformas Marítimas, Material Bélico, Construção e Manutenção de Elevadores no Estado no Rio de Janeiro (Simmmerj).

Para Roberto Leverone, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ Baixada Fluminense – Área II, o estudo mostra os problemas dos entraves impostos às empresas que tentam se expandir para o interior: “Uma das soluções que poderia aliviar o deslocamento seria interiorizar as indústrias. Mas para isso, com relação a Magé, sentimos que várias empresas, quando foram lá, encontraram barreiras econômicas que tornaram o investimento desinteressante, como, por exemplo, a falta de uma política industrial que favoreça o investimento”.

Acesse o estudo no link <http://goo.gl/o2SDdk>.

FIRJAN PARTICIPA DO CONGRESSO INTERNACIONAL CIDADES E TRANSPORTES

O Sistema FIRJAN, apoiador do Congresso Internacional Cidades e Transportes, esteve presente no painel “A importância de ter uma visão de cidade”, realizado no primeiro dia do evento. Sergio Duarte, vice-presidente do Conselho Tributário da FIRJAN, falou sobre o papel do setor privado nesse processo e como construir uma visão conjunta de longo prazo para as cidades.

Duarte destacou as ações realizadas pela Federação para a promoção do desenvolvimento das cidades, citando como exemplo os Índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e de Gestão Fiscal

(IFGF): “É uma contribuição que a indústria pode dar à gestão pública para ajudá-la a fazer diferença”, disse ele, que também preside a Vitális/Chinezinho e o Sindicato das Indústrias de Alimentos do Município do Rio de Janeiro (Siarj).

O congresso, promovido pela Embarq Brasil e a WRI Brasil, reuniu empresários, prefeitos, especialistas e pesquisadores para debater e pensar coletivamente alternativas viáveis para o futuro das áreas urbanas. O evento aconteceu em 10 e 11 de setembro, na Cidade das Artes.

SISTEMA FIRJAN LANÇA CAMPANHA A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO E CONTRA CORTES DE RECURSOS DESTINADOS AO SISTEMA S

O Sistema FIRJAN convoca a sociedade fluminense a aderir à campanha contra o aumento de impostos e o corte de 30% dos recursos destinados ao Sistema S, anunciados pelo governo federal. No site da Federação, a população pode participar de um abaixo-assinado, que será encaminhado ao Congresso Nacional. Apenas no estado do Rio, o corte, somado às alterações da Lei do Bem – também incluídas no pacote do governo – inviabilizaria o atendimento a 200 mil alunos do SESI e do SENAI, afetando a vida de 1 milhão de pessoas, contando com as famílias. Além disso, implica na diminuição em mais de 30% do público dos cursos técnicos, de aprendizagem e de qualificação básica oferecidos pelo SENAI, e na redução da oferta de projetos e programas culturais gratuitos do SESI.

“O corte é inconstitucional, uma vez que as contribuições recolhidas das indústrias para o SESI e SENAI são garantidas pelo artigo 240 da Constituição Federal”, ressaltou o presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira.

ARTICULAÇÃO EM BRASÍLIA

Em 16 de setembro, Eduardo Eugenio esteve em Brasília com o objetivo de barrar a iniciativa do governo federal. Ele foi ao gabinete do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), relator de receitas do orçamento geral da União para 2016, acompanhado pelo presidente da FIESP, Paulo Skaf.

O esforço em prol da manutenção dos recursos do SESI e do SENAI incluiu também um encontro com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Ex-presidente



Divulgação/MDIC

Eduardo Eugenio e o ministro Armando Monteiro: articulação contra o corte de verba

“O corte é inconstitucional, uma vez que as contribuições recolhidas das indústrias para o SESI e SENAI são garantidas pelo artigo 240 da Constituição Federal”

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente do Sistema FIRJAN

da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o ministro já deu entrevistas criticando o fato de o governo ter decidido diminuir o repasse ao Sistema S sem buscar uma “solução negociada”.

A ida a Brasília incluiu também uma reunião na CNI com o presidente da Confederação e mais de 20 presidentes de federações de indústria. Os empresários debateram estratégias conjuntas de ações para que o

governo retroceda na ideia de usar verbas destinadas ao SESI e SENAI para cobrir os rombos nas contas públicas. “O SESI oferece serviços médicos e odontológicos de qualidade a baixo custo. O SENAI é a única chance que muitos jovens têm para melhorar de vida”, destacou Eduardo Eugenio.

IMPACTO NO ESTADO DO RIO

O SESI e o SENAI possuem 160 unidades físicas e móveis e 450 pontos de atendimento, garantindo a oferta de serviços em todo o estado do Rio. Nos últimos cinco anos, foram investidos R\$ 470 milhões na oferta de cursos técnicos, linhas de atuação e melhorias estruturais em ambas as instituições, sempre com o objetivo de democratizar o acesso à qualificação, promover a inclusão social e os valores do trabalho e da cidadania.

Nesse mesmo período, o SENAI registrou 745 mil matrículas de educação profissional e superior, gerando capacitação para trabalhadores de mais de 2.300 empresas.

Conheça a campanha no site www.firjan.com.br/defesasesisenai.

FIRJAN: CORTE NO ORÇAMENTO DE SESI E SENAI AMEAÇA FUTURO DE JOVENS E EMPRESAS NO ESTADO DO RIO

O Sistema FIRJAN se manifesta de forma veemente contra a apropriação pelo governo de um terço das contribuições do setor privado ao Sistema S, proposto dentro do pacote econômico anunciado em 14 de setembro. No Estado do Rio de Janeiro, essa medida, somada às alterações na Lei do Bem, também incluídas no pacote, inviabilizaria o atendimento a 200 mil alunos do SESI e SENAI, afetando a vida, se incluídas as famílias, de 1 milhão de pessoas. Mais: significaria interromper o futuro de jovens que, na maioria, têm nesses cursos e oficinas sua única – e melhor – chance de acesso a uma qualificação fundamental para, num cenário de crise, manter seus empregos ou buscar novas oportunidades no mercado.

Para o SESI Rio, a redução no orçamento implicaria em suspender 320 mil exames e consultas médicas e odontológicas, a baixo custo e de alta qualidade, além da redução na oferta de cursos profissionalizantes nas 40 comunidades pacificadas nas quais o programa SESI Cidadania atua. A iniciativa já beneficiou, só em projetos educacionais, cerca de 32 mil moradores de áreas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

No Rio de Janeiro, o SESI e o SENAI possuem 160 unidades fixas e móveis, e se fazem presentes em cerca de 450 pontos de atendimento em todo o estado. Só em 2014, o SESI fez mais de 2,2 milhões de atendimentos nas áreas de Saúde, Esporte e Lazer, e Cultura.

Mais de 2,3 mil indústrias utilizam o SENAI para a qualificação e profissionalização de seus trabalhadores, e, em 2015, apesar da recessão, o índice de alunos empregados após os cursos é de 60%. Quatro modernos Centros de Tecnologia (Solda, Automação e Simulação, Alimentos e Bebidas, e Ambiental), equipados com simuladores de última geração, formam profissionais preparados para implantar e atuar em práticas, processos e ambientes inovadores. Nos últimos cinco anos, 5.332 empresas receberam assessoria em inovação via SENAI, e R\$ 22 milhões foram captados em editais da área. O SENAI Rio foi o primeiro no

Brasil a ter o FabLab, um laboratório de inovação e criatividade desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

Os resultados mostram que esse é um sistema que dá certo. Pesquisas recentes feitas pelo Sistema FIRJAN apontam que 92% dos empresários de indústrias do Rio de Janeiro têm uma imagem positiva do SESI, e 95%, do SENAI. A imagem positiva junto aos trabalhadores da indústria é ainda mais alta: 97% em relação ao SENAI e 96%, ao SESI.

O orçamento do Sistema S é gerado pelas contribuições do próprio setor privado, revertidas exclusivamente para o trabalhador e a comunidade em geral, não derivando de recursos governamentais. A modificação na Lei do Bem, transferindo para o Sistema S os custos do benefício fiscal dado às empresas que investirem em pesquisa e tecnologia, eleva para 50% as perdas no orçamento. No Rio de Janeiro, esse número pode ser ainda mais dramático, pela presença de empresas com forte investimento em inovação, como, por exemplo, a Petrobras.

Há que se ressaltar a inconstitucionalidade da Medida Provisória prevista pelo governo. As contribuições recolhidas da folha de pagamento das indústrias para SESI e SENAI estão garantidas pelo artigo 240 da Constituição Federal, que veda o desvio desses recursos para financiar a Previdência Social. Essa contribuição, como reza o artigo 6º da Constituição, é essencial à realização dos direitos sociais do trabalhador. Os argumentos são suficientes para se contestar judicialmente a MP.

Todos esses fatos e dados corroboram a enorme relevância do SENAI e do SESI para a população do Rio de Janeiro, e embasam a indignação do Sistema FIRJAN com medidas que comprometeriam seu funcionamento. Ainda mais quando essas medidas não espelham um compromisso do governo em fazer um ajuste fiscal verdadeiro, permanente e com visão de longo prazo, como o que o Sistema FIRJAN vem defendendo de maneira insistente desde o início da crise.

GOVERNADOR PEZÃO ANUNCIA PLANO ESTRATÉGICO METROPOLITANO, QUE USA ESTUDOS DA FIRJAN COMO DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

O governador do Estado do Rio, Luiz Fernando Pezão, anunciou o vencedor da licitação internacional para elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que terá entre seus documentos de referência estudos desenvolvidos pelo Sistema FIRJAN. Com investimento de R\$ 3 milhões do Banco Mundial, o Plano Estratégico prevê um conjunto de ações em áreas como mobilidade urbana, logística e saneamento para os 21 municípios da região.

“Vamos ouvir as 21 cidades e elaborar um planejamento estratégico para a Região Metropolitana, uma base de dados para os municípios atualizarem seus planos diretores. Isso vai ajudar a atrair mais empresas e evitar a ocupação desordenada no entorno do Arco Metropolitano”, disse o governador.

Um dos estudos que vão nortear sua elaboração será o “Visões do Futuro – Potencialidades e Desafios para o Estado do Rio de Janeiro nos próximos 15 anos”, realizado pelo Sistema FIRJAN ao longo de

três anos e divulgado em 2014. O estudo, que envolveu mais de mil empresários, especialistas da Federação, membros do governo e da sociedade organizada, mapeou ações prioritárias ao desenvolvimento em diversos setores da economia fluminense. Alessandra Campanaro, especialista sênior em Financiamento de Infraestrutura do Banco Mundial, destacou que o estudo representa um esforço da FIRJAN em apresentar soluções para uma área importante do estado. “Tivemos acesso ao ‘Visões do Futuro’ e achamos o

trabalho fantástico: é bem detalhado e ouviu prefeituras e sociedade civil”, afirmou. Outros estudos da FIRJAN também serão considerados pelo Plano, como os Índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e de Gestão Fiscal (IFGF).

Para Carlos Erane de Aguiar, presidente da Condor S/A, as políticas de investimento na Região Metropolitana representam grandes avanços. “A indústria fica satisfeita com essas notícias. Com a FIRJAN participando desse estudo, o Plano tem tudo para dar certo”, disse Erane Aguiar, que também é presidente da Representação Regional FIRJAN/ CIRJ Baixada Fluminense - Área I.

“Tivemos acesso ao ‘Visões do Futuro’ e achamos o trabalho fantástico: é bem detalhado e ouviu prefeituras e sociedade civil”

Alessandra Campanaro
Especialista sênior em Financiamento de Infraestrutura do Banco Mundial

CÂMARA METROPOLITANA

O governador também assinou um projeto de lei que autoriza a criação de uma autarquia para gerir assuntos de interesse comum para a Região Metropolitana, a Câmara Metropolitana de Integração Governamental, oficializada com a ação. “Retomamos o processo de planejamento para que os prefeitos tenham um ambiente de governança e para que possamos afinar as políticas públicas para os próximos anos”, avaliou Vicente Loureiro, diretor executivo da Câmara Metropolitana.

O consórcio escolhido para elaborar o Plano é formado pela Barcelona Regional Urban Development Agency, responsável pelo planejamento da região metropolitana de Barcelona, pelo escritório Jaime Lerner Associados e pela Quanta Consultoria. A previsão é de que o Plano seja concluído até o fim de 2016. O anúncio foi feito em 8 de setembro, no Palácio Guanabara.

Divulgação/Governo do Estado



Luiz Fernando Pezão anuncia Plano Estratégico da Região Metropolitana do Rio

CONSELHO DISCUTE IMPACTOS DA CRISE NO SETOR PRODUTIVO NACIONAL

A conjuntura política e econômica do país e os caminhos para minimizar os efeitos da desaceleração da economia nas empresas foram debatidos na reunião do Conselho Empresarial de Economia da FIRJAN. José Mascarenhas, presidente do Conselho, apontou os problemas decorrentes da possibilidade de aumento de impostos como meio para aumentar a arrecadação do governo. “É preciso coragem para resolver os problemas que se colocam. Mas o aumento de impostos só vai piorar a situação de um sistema que está doente. É uma conjuntura complicada”, afirmou.

Para Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, uma das mudanças necessárias para a melhora no desempenho econômico do governo implica a reavaliação de suas despesas. “A rigidez do orçamento é tão grande que só sobra um resíduo. É preciso que se flexibilize isso. Existem políticas públicas que são colocadas em prática sem análise do custo-benefício”, defendeu.

Claudio Tângari, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Nova Friburgo (Sindmetal), destacou o excesso de burocracia como um dos fatores que prejudicam a competitividade empresarial, e cujo impacto é ainda maior no momento atual. “Vivemos uma situação em que as empresas não têm confiança. A carga fiscal é extremamente elevada”, disse, salientando também as dificuldades impostas pelo grande volume de obrigações acessórias para as indústrias.

Na avaliação de Marcio Perillo, diretor financeiro da GE Celma,



Vinicius Magalhães

Luiz César Caetano, José Mascarenhas e Carlos Mariani Bittencourt participaram de reunião do Conselho Empresarial de Economia do Sistema FIRJAN

“O aumento de impostos só vai piorar a situação de um sistema que está doente. É uma conjuntura complicada”

José Mascarenhas
Presidente do Conselho Empresarial de Economia do Sistema FIRJAN

a superação da crise econômica vivida pelo país envolve a união em torno dos temas relevantes. “O Brasil evoluiu muito nos últimos 30 anos. Mas temo que haja um crescimento medíocre nos próximos anos”, declarou Perillo.

Guilherme Mercês, assessor do Conselho e gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da Federação, ressaltou as contribuições da FIRJAN para a recuperação da economia, como a elaboração do documento

“Propostas do Sistema FIRJAN para o Brasil”. “Nós criamos uma agenda propondo medidas em que se tem um ideal de longo prazo ajustando no curto prazo”, disse.

PLANO DE AÇÃO

Na reunião também foram debatidas as propostas do Plano de Ações para o Conselho. José Mascarenhas ressaltou a importância de se colocar a competitividade industrial como horizonte de atuação: “Temos que cuidar das políticas estruturantes para a competitividade do país. É preciso que haja foco nessa questão”.

Entre as áreas prioritárias discutidas está a infraestrutura com foco no comércio exterior, além de outros setores de impacto direto nas economias nacional e fluminense. “Precisamos pensar em uma agenda de longo prazo. O Brasil é um país com capacidade de crescer e se tornar competitivo no futuro”, completou Mascarenhas. A reunião foi realizada em 9 de setembro, na sede do Sistema FIRJAN.

FUTURO DA INDÚSTRIA TÊXTIL É TEMA DE PALESTRA NO SENAI ESPAÇO DA MODA

A globalização e a produção asiática e de baixo custo foram debatidas com empresários do Centro Norte Fluminense durante um evento realizado no SENAI Espaço da Moda, em Nova Friburgo. Na palestra “A Visão do Futuro dos Setores Têxtil e de Confecção Brasileiros”, Flávio Bruno, pesquisador do SENAI CETIQT, apresentou novos conceitos para os empreendedores do setor.

Segundo Bruno, as pesquisas apontam a tendência de que a produção vinda da Ásia perca espaço no contexto global, e que nações como Estados Unidos, Alemanha e Itália voltem a ser protagonistas: “Vamos deixar de competir com um mundo de larga escala, de exploração do trabalho, de baixo custo e de baixa qualificação para competir novamente pela inovação, diferenciação, customização e identidade do local”.

O especialista acredita que é preciso rever os modelos de aglomeração e as políticas relacionadas a eles para que as indústrias possam se capacitar tecnologicamente. Para ele, esse processo se dará não apenas por meio da compra de máquinas novas, mas com resultado de um trabalho especializado que mescle produto e serviço – outra visão empresarial.

A palestra foi uma demanda do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro (Sinditextil) e é fruto de uma parceria entre o Sistema FIRJAN e o SENAI CETIQT. “Como a nossa cidade respira confecção, nada mais completo do que uma palestra com tendências não só de moda, mas de negócios, processos de trabalho e comportamento empreendedor e adaptável. Isso é importante para enfrentar o futuro competitivo”, disse o presidente do Sinditextil, Carlos Ieker. O evento foi realizado em 3 de setembro.



Júlio Monnerat

Flávio Bruno durante palestra no SENAI Espaço da Moda, em Nova Friburgo

CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barabá

2º Vice-presidente CIRJ:

Antonio César Berenguer Bittencourt Gomes

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sérgio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz César Caetano

Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavaht

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani

Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Perido

Redação: Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira e Paulo Barros

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

NEGOCIAÇÃO SINDICAL É TEMA DE OFICINA PARA SINDICATOS

Com o objetivo de aprimorar a capacidade de negociação de sindicatos patronais com os sindicatos laborais, o Sistema FIRJAN, por intermédio do Movimento Sindical, promoveu a oficina "Praticando a negociação coletiva". Os participantes viram aspectos como a importância de estabelecer uma comunicação efetiva com empresas e seus colaboradores, a postura correta nas negociações, o perfil e o papel do negociador, bem como as condições estruturais que possibilitam sucesso nas negociações coletivas.

Para representantes das empresas que participaram do evento, a capacitação veio em boa hora. "Essa crise não é passageira, nós precisamos ter novas opções de negociação, e esse curso promovido pela FIRJAN vem ao encontro do que estamos vivendo", analisa Flávio Tarjino, diretor do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Município do Rio de Janeiro (Sinmetal).

Para Angela Cunha, gerente do Movimento Sindical FIRJAN, aprimorar as capacidades dos líderes sindicais fortalece o setor produtivo: "Faz parte da essência do sindicato negociar. Nosso objetivo é aprimorar a capacidade de negociação dos líderes sindicais a partir dos princípios básicos e de dinâmicas de



Edno Martins, consultor da CNI, ministra oficina para líderes sindicais

simulação de uma negociação coletiva, fortalecendo a representatividade da indústria".

Segundo Edno Martins, consultor empresarial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), períodos de crise exigem inovação por parte das empresas. "Esse momento deve ser aproveitado para virar o jogo. Devemos pensar muito mais na preservação da indústria e dos empregos", defendeu. A oficina foi realizada em 10 de setembro, na sede da Federação.

Fabiano Veneza

INDÚSTRIA MOVELEIRA PARTICIPA DE CAPACITAÇÃO SETORIAL DO IEL

Como parte do programa de Educação Executiva setorial, o Sistema FIRJAN, por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), ofereceu um curso gratuito para presidentes e dirigentes sindicais da indústria moveleira fluminense. A iniciativa é uma parceria com a Gerência de Desenvolvimento Setorial e o Movimento Sindical. As aulas tiveram como tema as tecnologias de gestão do fluxo de produção.

Para Eduardo Jardim, professor da Coppe/UFRJ e instrutor do curso, a capacitação setorial tem como diferencial abordar questões comuns

às empresas de forma a fortalecer sua participação no mercado. "Venho trabalhando com diferentes setores, e uma das coisas que percebo é que os segmentos industriais são como verdadeiras nações. Eles têm sua própria cultura, linguajar e problemas", disse.

Durante as aulas, os empresários participaram de dinâmicas e foram apresentados a conceitos teóricos. "Esse curso foca a questão da produção de uma forma não tradicional. Isso é importante porque é uma forma de buscarmos fortalecer nossa indústria", disse Ricardo

Guadagnin, diretor do Sindicato das Indústrias da Construção, Engenharia Consultiva e do Mobiliário de Niterói a Cabo Frio (Sindicem). As aulas aconteceram nos dias 8, 15 e 22 de setembro, na sede do Sistema FIRJAN.

Este ano, já foram oferecidos 14 cursos para atendimento setorial. Para a indústria moveleira está programado mais um curso, com o tema Tecnologias de Gestão da Capacidade de Produção, nos dias 3, 10 e 17 de outubro. Mais informações sobre esse serviço estão disponíveis em www.firjan.com.br/iel ou pelos telefones 0800 0231 231 e 4002 0231.

SISTEMA FIRJAN PROMOVE NOVO CICLO DE PALESTRAS SOBRE GESTÃO AMBIENTAL PARA MPES

O 3º Ciclo de Palestras em Gestão Ambiental para Micro e Pequenas Empresas (MPes) percorrerá todas as Representações Regionais FIRJAN/CIRJ, durante setembro e outubro. Promovido gratuitamente pela Federação, o evento deste ano terá como foco a eficiência no consumo de água e energia. Serão apresentados 13 passos para que o próprio empresário avalie suas instalações, de forma a identificar oportunidades de melhorar a gestão desses recursos e ser mais competitivo.

Ao fim de cada palestra, uma cartilha sobre o tema será distribuída, e técnicos da Gerência de Meio Ambiente e do Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Ambiental farão atendimentos individualizados aos interessados em esclarecer dúvidas. “Queremos mostrar que, com alguns ajustes simples, as empresas conseguem reduzir custos e se adequar à legislação, ficando regulares ambientalmente e ainda podendo apresentar um diferencial competitivo”, explica Carolina Zoccoli, especialista em Meio Ambiente da Federação.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Um exemplo é o uso de lâmpadas mais eficientes, que chegam a representar uma economia de 12,5% em relação às fluorescentes. A substituição pode ser adotada sem troca de luminária ou mudança no sistema de energia, ou seja, com baixo investimento, rapidamente recuperado. Outra sugestão é aprender a calcular o consumo de determinado aparelho para analisar se compensa investir em um produto mais eficiente. “As contas de água e de luz são um



Carolina Zoccoli participa do 2º Ciclo de Palestras em Gestão Ambiental para MPes

custo muito significativo nas MPes”, observa Carolina.

Ela explica que o evento acontece pelo terceiro ano consecutivo, voltado exclusivamente para MPes, que apresentam aspectos ambientais diferentes das grandes empresas, cujos impactos exigem soluções geralmente mais sofisticadas. Caso o empresário queira aprofundar as ações, ele poderá se informar sobre os diagnósticos de eficiência energética e de recursos hídricos para MPes, realizados pelo CTS Ambiental, com subsídio de 80% do Sebraetec.

Este foi o caso de Fabio Paranhos, diretor da Macseal, que acaba de concluir a consultoria em energia. “Separando meu negócio *onshore* do *offshore*, o gasto com energia representa 10% do faturamento. Valeu a pena o diagnóstico por causa da fase por que o país passa. É uma contribuição que toda empresa, toda pessoa, deve buscar, e é uma oportunidade. Algumas

soluções são simples de serem implantadas, existe a viabilidade de retorno desse investimento e, no caso do diagnóstico, é subsidiado, fica acessível”, afirma ele, que já está cotando uma adequação na parte de telhas e revisando todo o sistema de ar comprimido.

CONFIRA AS PRÓXIMAS DATAS

- **30/09** - 18h30 - RR Centro Norte Fluminense (Nova Friburgo)
- **07/10** - 14h - RR Baixada Fluminense I (Nova Iguaçu)
- **19/10** - 18h - RR Noroeste Fluminense (Itaperuna)
- **20/10** - 18h - RR Norte Fluminense (Campos)
- **22/10** - 10h - RR Baixada Fluminense II (Duque de Caxias)
- **28/10** - 09h - RR Leste Fluminense (Niterói)

Inscrições pelos telefones 0800 0231 231 ou 4002 0231.

INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 706
18 a 24 de setembro de 2015

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DISCUTIRÁ EXIGÊNCIA DE COMUM ACORDO PARA INSTAURAÇÃO DE DISSÍDIO COLETIVO

O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a existência de repercussão geral na matéria tratada no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 679137, no qual o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Estado do Rio de Janeiro (Simerj) questiona norma que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica na Justiça do Trabalho. A regra está prevista no artigo 114, parágrafo 2º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional (EC) 45/2004 – Reforma do Judiciário.

Na origem, o dissídio coletivo foi ajuizado pelo Simerj em 2007 contra a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos) visando à fixação de condições de trabalho para o período de dois anos a partir de maio de 2004. A Riotrilhos manifestou expressamente sua discordância quanto ao ajuizamento, e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) decretou então a extinção do processo sem resolução de mérito em razão da ausência do pressuposto do comum acordo para o ajuizamento do dissídio coletivo, previsto na nova redação do artigo 114, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Essa decisão foi mantida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

No Supremo, o sindicato alega que a alteração introduzida no dispositivo constitucional pela EC 45/2004 ofendeu cláusula pétrea por restringir o acesso das entidades sindicais de trabalhadores ao Judiciário, já que os sindicatos patronais não têm interesse no processamento de dissídios coletivos. Outro argumento apresentado é o de que a ação visa à renovação de cláusulas relativas ao dissídio coletivo formalizado em 2004, que não poderia ser atingido pela mudança implementada pela emenda constitucional.

Para o relator do recurso, ministro Marco Aurélio, a controvérsia “reclama o crivo do Supremo”, pois há diversas situações nas quais os sindicatos encontram-se impedidos de formalizar dissídio coletivo de natureza econômica devido à ausência de comum acordo entre as partes. “Cabe a este Tribunal apreciar, considerado o disposto nos artigos 5º, incisos XXXV e XXXVI, e 60, parágrafo 4º, do Diploma Maior, a constitucionalidade da norma oriunda do exercício do poder constituinte derivado”, concluiu.

A manifestação do relator pelo reconhecimento de repercussão geral da matéria foi seguida, por maioria, em deliberação no Plenário Virtual da Corte, vencidos os ministros Edson Fachin e Roberto Barroso.
Fonte: STF ARE 679137

SUBFATURAMENTO EM OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO NÃO GERA PENA DE PERDIMENTO DA MERCADORIA

A pena de perdimento de veículos e mercadorias possui amparo legal no DL 37/66 e no Decreto 6.759/09, que aprova o Regulamento Aduaneiro, além de estar prevista em outros dispositivos legais. O rol de atividades que ensejam sua aplicação está elencado nos artigos 104 e 105

do DL 37/66, e são atividades que, por definição, causam dano aos cofres públicos.

Defendendo sua aplicação em determinado caso concreto, a Fazenda Nacional teve negado no Superior

Tribunal de Justiça (STJ) recurso em que pedia a mencionada aplicação no caso de importação com preços subfaturados. Seguindo precedentes da Segunda Turma, a Primeira Turma do Tribunal decidiu que nesse tipo de infração tributária deve ser aplicada apenas a multa administrativa prevista no parágrafo único do artigo 88 da Medida Provisória (MP) 2.158-35/01 e no parágrafo único do artigo 108 do Decreto-Lei 37/66.

No recurso interposto contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), a Fazenda Nacional insistiu em que o subfaturamento seria suficiente para determinar a perda da mercadoria, pena prevista no artigo 105, inciso VI, do Decreto-Lei 37/66, e que a multa estabelecida na MP não afasta a possibilidade de aplicação de outras penas.

No caso, o preço informado na declaração de importação de rodas de aço para caminhões foi 21% menor que os valores praticados em importações similares. Para o relator do recurso, ministro Sérgio Kukina, a situação enquadra-se no artigo 108, parágrafo único, do Decreto-Lei 37/66, que também prevê aplicação de multa. O relator entendeu ser correta a adoção, pelo TRF4, do critério da especialidade legislativa – no caso, a MP 2.158-35 e o artigo 108, parágrafo único, do Decreto-Lei 37/66 –, em detrimento

da norma geral, que é o artigo 105, inciso VI, do Decreto-Lei 37/66.

JURISPRUDÊNCIA

Além disso, Kukina salientou que o Código Tributário Nacional (artigo 112, IV) orienta que, havendo dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável ou à sua gradação, a lei que define as infrações e penalidades deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado. Segundo ele, isso é coerente com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, reiteradamente utilizados pelo STJ na solução de conflitos normativos.

Ao destacar precedentes da Segunda Turma que também afastaram a perda de mercadorias em situações de subfaturamento, Kukina lembrou que a jurisprudência do STJ aplica essa pena aos casos de falsificação ou adulteração de documento necessário ao embarque ou desembarque da mercadoria, enquanto a multa se destina a punir declaração falsa de valor, natureza ou quantidade de mercadoria importada, com perda do excedente não declarado.

O julgamento foi no último dia 8, e o acórdão encontra-se pendente de divulgação.

Fonte: STJ REsp 1218798

ISENÇÃO DA MULTA PARA PAGAMENTO À VISTA NO NOVO REFIS NÃO EXCLUI JUROS DE MORA SOBRE ELA

A redução de 100% da multa em caso de pagamento à vista do parcelamento de que trata a Lei 11.941/09, o chamado de Novo Refis, não implica a exclusão dos juros moratórios incidentes sobre ela. A posição foi reafirmada pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que atendeu a recurso da Fazenda Nacional.

O Novo Refis garantiu ao contribuinte redução de 100% das multas de mora e de ofício, 40% das multas isoladas, 45% dos juros de mora e 100% do valor do encargo legal. O caso julgado era de um contribuinte do Ceará que efetuou o pagamento dos débitos.

Algum tempo depois, a Receita Federal lhe recusou a certidão negativa. O órgão alegou que ainda havia débito inscrito em dívida ativa, relativo aos juros moratórios sobre a multa. Isto é, para a Receita, a multa foi dispensada, mas os juros dela decorrentes, não.

Inconformado, o contribuinte pediu, em mandado de segurança, o reconhecimento da quitação da dívida e do direito à certidão de regularidade fiscal. Em primeiro grau, teve sucesso. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, confirmando a sentença, afirmou que, se a multa de mora foi suprimida, não seria lógico que a Fazenda continuasse a cobrar os juros incidentes sobre essa parcela.

PRECEDENTE

A Fazenda Nacional recorreu novamente, desta vez ao STJ. Ao julgar o recurso, o ministro Humberto Martins mencionou precedente da Segunda Turma, de junho passado, em sentido contrário à posição adotada pelo tribunal regional.

No REsp 1.492.246, os ministros definiram que não há qualquer indicativo na Lei 11.941 que permita concluir que “a redução de 100% das multas de mora e de ofício estabelecida no artigo 1º, parágrafo 3º, I, da referida lei implique uma redução superior à de 45% dos juros de mora estabelecida no mesmo inciso, para atingir uma remissão completa da rubrica de juros (remissão de 100% de juros de mora incidentes sobre a multa a ser paga em atraso), como quer o contribuinte”.

Humberto Martins acrescentou que o Novo Refis tratou as parcelas componentes do crédito tributário de forma distinta (principal, multas, juros de mora e encargos), instituindo para cada uma percentual específico de remissão. Para o ministro, não é possível recalculer os juros de mora sobre uma rubrica de multa já remitida.

Assim, segundo a turma, a redução de 45% para os juros de mora deve ser feita sobre o valor calculado ainda quando a multa existia. Como consequência, é legal a não concessão da certidão negativa ao contribuinte.

Fonte: STJ REsp 1510603